

## A ESCRITA DE RESISTÊNCIA INDÍGENA: UMA REFLEXÃO À LUZ DA CONTEMPORANEIDADE

### INDIGENOUS RESISTANCE WRITING: A REFLECTION IN THE LIGHT OF CONTEMPORANEITY

Recebido: 15/10/2022

Aprovado: 15/12/2022

Publicado: 29/12/2022

DOI: 10.18817/rlj.v6i2.3008

Eveline Gonçalves Dias<sup>1</sup>

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-5721-9781>

Naiara Sales Araújo<sup>2</sup>

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-9362-559X>

**Resumo:** O presente estudo tem como objetivo fazer uma reflexão a respeito da escrita de autoria indígena como forma de resistência, tendo em vista a condição subalterna inscrita sobre o sujeito feminino cingida pela conjuntura histórica da formação cultural da sociedade contemporânea, e pelo processo diaspórico vivenciado pelos povos originários, tematizado pela autora supracitada. Nossa reflexão leva em consideração a confluência de vozes nativas prospectivas, e as percepções da literatura indígena como um movimento de resistência e afirmação identitária. A escrita indígena de autoria feminina ancorada nas tradições e saberes ancestrais fomentam uma nova perspectiva literária, e rompem com o silenciamento secular dos povos nativos atravessados pelas implicações do projeto imperialista. A fundamentação teórica está ancorada à luz dos pressupostos de críticos-literários e teorias de: Gaiatry Spivak (2010), Liane Schneider (2008), Aníbal Quijano (2005), Daniel Munduruku (2011), Graça Graúna (2013), Eliane Potiguara (2004), entre outros estudos pertinentes.

**Palavras-chave:** Resistência Indígena; Mulher indígena; Escrita de Resistência; Eliane Potiguara.

**Abstract:** The present study aims to raise discussion on the writing of indigenous authorship as a form of resistance, in view of the subaltern condition inscribed on the female subject surrounded by the historical conjuncture of the cultural formation of contemporary society, and by the diasporic process experienced by the native peoples. Such reflection takes into account the confluence of prospective native voices, and the perceptions of indigenous literature as a movement of resistance and identity affirmation. Indigenous writing by female authors anchored in ancestral traditions and knowledge fosters a new literary perspective, and breaks with the secular silencing of native peoples crossed by the implications of the imperialist project. As a theoretical support we will build on the literary scholarship of Gaiatry Spivak (2010), Liane Schneider (2008), Aníbal Quijano (2005), Daniel Munduruku (2011), Graça Graúna (2013) and Eliane Potiguara (2004), among other pertinent studies.

**Keywords:** Indigenous Resistance; Indigenous woman; Resistance Writing; Eliane Potiguara

### Considerações iniciais

A literatura de autoria indígena feminina é um lugar de enunciação de multiplicidade de vozes, cujas manifestações estéticas são expressadas inicialmente

---

<sup>1</sup> Mestranda em Letras pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Graduada em Letras pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, Especialista em Docência o Ensino Superior - IESF, Especialista em Atendimento Educacional Especializado - IESF e Intérprete de LIBRAS - Associação dos Surdos de Caxias - ASC. E-mail: [evelinecx2019@gmail.com](mailto:evelinecx2019@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Literatura Comparada; Professora do Mestrado Acadêmico em Letras e do departamento de Letras da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: [naiara.sas@ufma.br](mailto:naiara.sas@ufma.br)

pela alteridade dos povos originários que protagonizam suas histórias. São muitos os rótulos que justificam as hostilidades enraizadas e perpetuadas em relação às concepções da imagem dos autóctones, nomeados de “índios” pelos colonos como forma de preconceito, uma vez que o termo acarreta uma conotação depreciativa e segregacionista. Dessa forma, os autores indígenas disseminam conhecimentos e saberes que ressignificam conceitos, formas e estruturas que denotam a valorização étnica e cultural dos grupos minoritários.

Destarte, a literatura indígena torna-se um instrumento da memória configurado pela oralidade, num processo em que os escritores assumem um lugar estético para fomentar suas produções englobadas pela diversidade tradicional das variadas etnias a qual fazem parte. Assim, o núcleo da literatura indígena consiste no mútuo sustento da afirmação, atualização das tradições ancestrais e na dinâmica de pertencimento comunitário como arcabouço integrativo de sua constituição com base nas diferenças.

Conforme Graça Graúna (2013), a produção literária de autores indígenas no Brasil continua sendo negada e desrespeitada, do mesmo modo acontece com relação aos escritores negros e periféricos. A condição de indígena marginalizado é um aspecto que os inquietam para falar sobre o quanto são excluídos da sociedade dominante, sobre a violência vivida no passado, o que ainda acontece de forma deflagrada em grande parte do país. A literatura indígena torna-se um veículo que dá eco às vozes exiladas e silenciadas dos nativos por séculos.

A ficção poética, *Metade Cara, Metade Máscara*, de Eliane Potiguara, por exemplo, remonta a história do casal Juripiranga e Cunhantaí. Ambos são marcados pelo processo de colonização do país. A trajetória dos protagonistas indígenas flagra momentos de violência, tristeza, separação de famílias, desterritorialização de povos nativos, mortes, solidão, lutas e resistência. Os personagens centrais são separados em meio a opressão colonialista. Diante disso, Juripiranga em busca de sobrevivência viaja pelo tempo durante os quinhentos anos de colonização do Brasil, e vivência longe de sua amada os dissabores da diáspora forjada. Enquanto Cunhantaí é movida pela esperança de reencontrar seu companheiro e reconstruir a história dos povos descendentes longe das injustiças sociais, tornando possível a reintegração territorial dos povos primeiros.

Efetivamente, Potiguara (2004) reporta a espoliação e deslocamento compulsório de milhares de famílias indígenas e a condição subalterna que estes

sujeitos ocupam na sociedade, da mesma forma que as mulheres, negros, periféricos, homoafetivos e outros grupos minoritários estão submersos. Nesse sentido, o presente estudo visa refletir sobre a escrita indígena como forma de resistência na contemporaneidade mostrando como os intelectuais indígenas fazem da escrita um veículo condutor de suas reivindicações em prol dos direitos que foram negados ao longo da história.

### **Literatura indígena: um movimento de resistência**

A literatura canônica configura um espaço de dominação de poder, pois nela a perspectiva ocidental ganha força ao difundir padrões identitários segregacionistas europeizados. De certo modo, ela se constitui com base na racialidade, implicando assim, na inferiorização intelectual dos mestiços, negros, indígenas e periféricos. A exemplo, podemos mencionar o escritor José de Alencar, que no século XIX exerceu grande influência sobre os leitores do período colonial e movido por interesses particulares agiu em favor do ímpeto dos conquistadores reproduzindo referências ilusórias com relação aos povos nativos. Os literatos da época por estarem ligados aos valores, a cultura europeia e por questão de conveniência reproduziram uma conotação negativa a respeito dos aspectos fenotípicos e morais do sujeito originário.

Desse modo, é importante ressaltar que as obras literárias de autoria não indígena no contexto colonial versam histórias indígenas idealizadas, pois é produzida sob a perspectiva do “homem branco”, de forma sucinta é o colonizador que detém o conhecimento e o saber. Desde a Carta de Pero Vaz de Caminha, os próprios escritores e outras vozes do indianismo imaginaram esse sujeito de maneira exótica, como um símbolo de admiração. Mas, convém ressaltar que, nos dias atuais, essa literatura é produzida diretamente pelos indígenas, como pontua Graça Graúna (2013), podendo ser de caráter oral ou escrito, seja coletiva ou individual. Segundo a autora, é uma produção intelectual e artística realizada pelo o sujeito indígena, de acordo com seus próprios meios e códigos.

O escritor Daniel Munduruku (2011), acrescenta que a literatura indígena vai além do que as letras possam transmitir, nela se constitui a própria essência de um povo que expressam várias formas de viver. Para tanto, a definição na percepção de Munduruku (2011) se dá da seguinte forma:

No meu pensamento, a literatura indígena não é a literatura do livro, o livro é um instrumento da literatura. Mas eu entendo que dançar a dança indígena é literatura, é uma conversa com os espíritos ancestrais. O canto indígena é literatura, é poesia pura do jeito tradicional de ser. Os rituais que se faz, os ritos de passagem, as narrativas que são passadas, são recontadas, são atualizadas pelos velhos da aldeia, é pura literatura, porque ela tem essa função de jogar quem escuta, jogar quem participa no coração do mundo (MUNDURUKU, 2011, n/p.).

Percebe-se que o conceito fornecido pelo escritor, não foi elaborado com base em textos científicos que postulam discursos teóricos formais prontos para serem absorvidos e aceitos. Na citação acima, o escritor revela em sua fala vários direcionamentos que a literatura indígena pode abarcar, não estando limitada apenas ao universo dos livros ou textos acadêmicos.

Para Taukane (1999), os textos indígenas são espaços de reivindicações comum em que os intelectuais autóctones falam por si mesmo. Os escritores aborígenes abriram caminho para a notoriedade deste fenômeno em conferências nacionais e movimentos indígenas para acentuar a relevância da literatura indígena e refutar o preconceito literário e o descaso com estas manifestações literárias no Brasil.

Os escritores ameríndios lutam por seus direitos de escreverem o outro lado da história que outrora foi narrada pelos colonizadores. Nessa direção, a escritora Graça Graúna (2013) ressalta que a literatura indígena contemporânea é um lugar utópico, uma variante da oralidade e uma confluência de vozes silenciadas e exiladas ao longo da história.

A literatura indígena brasileira teve seu marco inicial a partir de um movimento indígena no final do século XX, precisamente na década de 70, e se desenvolveu com amplitude nos anos de 1980, quando acentuou suas intenções objetivas, princípios e definições, ao assumir sua instância em termos de legitimação normativa e de interesse público cultural e político. Nessa perspectiva, se configura as manifestações literárias indígenas que atuam como veículos de uma multiplicidade de temáticas e vozes reveladoras que combatem e denunciam as várias facetas da globalização e do neocolonialismo.

Na perspectiva da literatura indígena no Brasil, se insere o trabalho da escritora e crítica Eliane dos Santos Lima (Eliane Potiguara) reconhecida em instância nacional como precursora da literatura indígena feminina na contemporaneidade. A autora é descendente dos povos Potiguara e possui duplo pertencimento identitário

em razão de ter nascido no Rio de Janeiro. É militante das causas indígenas e participou da elaboração da Constituição Brasileira de 1988, (MUNDURUKU, 2011).

Nessa Perspectiva, Eliane Potiguara anuncia na narrativa *Metade Cara, Metade Máscara* (2004) a história de suas origens conjugada com a identidade coletiva de sua etnia, apresentada por uma voz narradora conservada pelos canais da memória. A autora evidencia a essência das narrativas míticas que são na cosmovisão dos povos indígenas, uma forma de resistir as barreiras criadas continuamente pelos colonizadores. Assim, a escrita indígena configura a luta identitária das diversas etnias atingidas pelo processo de colonização, e vem resgatar as memórias de seus ancestrais para estabelecer a conexão com suas origens, e aflorar o sentimento de pertencimento.

A exclusão e o apagamento das subjetividades dos oprimidos desencadeiam reações de resistência. A saber, temos no contexto da literatura indígena uma forma declarada de lutas e combates às imposições sociais, como sugere a produção literária de Eliane Potiguara, cuja escrita é permeada de denúncias, reivindicações dos direitos humanos e resistência contra o sistema opressor.

Também cabe ressaltar, que a resistência na obra de Eliane Potiguara acontece sob dois vieses: temática e processo inerente à escrita (BOSI, 2002). Essa perspectiva acerca da obra da autora é percebida na autoria, no ponto de vista da linguagem, da temática e de elementos que ajudam a compor uma obra estética. Por essa razão, convém mencionar que como escrita de resistência, a narrativa atravessada a “tensão crítica, mostra, sem retórica nem alarde ideológico, a ‘vida como ela é’ é, quase sempre o ramerrão de um mecanismo alienante, precisamente o contrário da vida plena e digna de ser vivida” (BOSI, 2002, p. 130).

Ainda de acordo com o autor supracitado, o foco narrativo das textualidades de resistência é um movimento interno que revela os nós que atam o sujeito ao contexto histórico e existencial sendo uma possibilidade de o indivíduo alcançar uma posição distante e, por um ângulo maior, observar a si mesmo e reconhecer os laços que o prende aos sistemas das instituições. A escrita resistente resgata, além do que foi falado apenas uma vez, o que foi silenciado por medo ou angústia; isso ressoa numa narrativa ou diálogo dramático e aflora a superfície do texto ficcional para libertar vozes. Para Bosi, não são os valores em si que diferenciam um narrador resistente e um militante com ideologias semelhantes, mas a forma como estes valores são postos em prática.

Na mesma linha de pensamento de Bosi, Quijano (1992) acredita que o discurso de resistência não deve partir da ideia de sujeito como indivíduo isolado, mas deve levar em consideração as estruturas sociais que têm contribuído para o seu silenciamento. O processo de libertação deve acontecer como resultado das lutas sociais e culturais que acontecem no presente em decorrência daquelas que aconteceram no passado. Para Quijano,

Todo discurso, o toda reflexión, individual, remite a una estructura de intersubjetividad. Esta constituida en ella y ante ella. El conocimiento, en esta perspectiva, es una relación intersubjetiva a propósito de algo, no una relación entre una subjetividad aislada, constituida en sí y ante sí, y ese algo<sup>3</sup> (QUIJANO, 1992, p.15).

É importante ressaltar, que a questão da percepção da própria identidade subjugada infere na desconstrução e fragmentação arquitetada no seio das práticas sociais supressivas, e ao fazer uso do mesmo código epistêmico do colonizador, o conhecimento, o sujeito subalternizado tem a chance de subverter a lógica, reconstruindo, assim, as identidades enfraquecidas o que tangencia novas possibilidades de pertencimento cultural.

Os sujeitos subjugados desobstruem o silenciamento secular através de diversos artefatos de resistência. Nesse sentido corrobora o discurso crítico de Spivak (2010) uma das vozes latentes dos estudos subalternos, com a obra descrita: *Pode o subalterno falar?*, nela a autora problematiza o sujeito, em relação a forma como sua imagem é representada no discurso ocidental. Conforme Spivak (2010), o sujeito feminino na via das perspectivas coloniais em que o sujeito subalterno não tem um lugar de fala e é destituído de história, é atingido com mais severidade e mantido na mais profunda obscuridade nos níveis de hierarquia social. Essa questão assola diretamente na subjetividade da mulher indígena.

Em coerência com o pensamento de Spivak (2010), nas narrativas indígenas há uma incursão subjetiva que nos conscientiza sobre o legado cultural construído historicamente pelos povos originários. Em específico as textualidades de autoria feminina buscam fortalecer seu pertencimento identitário e romper paradigmas

---

<sup>3</sup> Todo discurso individual, ou toda reflexão, refere-se a uma estrutura de intersubjetividade. É constituído nela e antes dela. O conhecimento, nessa perspectiva, é uma relação intersubjetiva sobre algo, não uma relação entre uma subjetividade isolada, constituída em si e antes de si, e esse algo [Tradução Nossa]

estigmatizantes. Nessa lógica, segue os discursos ativistas que são disseminados por mulheres da atualidade Liane Schneider afirma:

Assim os discursos feministas contemporâneos que não procuram pôr formas singulares ou únicas de identidade, mas se sentem confortáveis com o “plural”, bem como discursos pós-coloniais que ainda acreditam na existência de histórias que não foram contadas, que foram suprimidas, são percebidos como instrumentos importantes para a transformação social (SCHNEIDER, 2008, p. 51-52).

A autora Schneider assevera que as produções textuais feministas, são capazes de promover rupturas com o apagamento cultural de grupos marginalizados e suscitar narrativas anuladas historicamente para possibilitar um efeito transformador do pensamento e comportamento do sujeito contemporâneo. Assim, é necessário que as vozes indígenas de todas as etnias sejam ouvidas, ecoadas, compreendidas, internalizadas e respeitadas de tal forma que possam dirimir os obscurantismos e preconceitos cimentados em torno do indivíduo originário.

### **Representações da voz feminina indígena**

Conforme Liane Schneider (2008), a produção literária de autoria indígena, precisamente de autoria feminina, imprime a complexidade das relações sociais e embates históricos ao longo da formação da sociedade brasileira. A literatura de autoria indígena feminina subverte o pensamento patriarcal, cujas práticas se encorpam por meio das constantes tentativas de silenciamento e subjogação das subjetividades femininas no contexto social e político desde o período colonial.

Para reverter o quadro da invisibilidade ao sujeito feminino, a insurgência de vozes indígenas contemporâneas segue a tônica da resistência e utilizam diferentes formas estratégicas para ressignificar a essência feminina e a relevância de suas contribuições literárias como assevera Zinani:

A conquista de um novo espaço começou a tornar-se viável, quando aquelas vozes silenciadas passaram a reivindicar educação, cidadania, expressão. Falando a partir de seu mundo, de suas experiências, as mulheres adentraram no fazer literário. Tornando-se presença relevante, mas ainda com pouca densidade, uma vez que o reconhecimento e a validação acadêmica não estão consolidados. (ZINANI, 2014, p. 193).

Em conformidade com o pensamento exposto, Zinani (2014) ratifica que o reconhecimento da figura feminina na literatura passou por um extenso processo

estratégico de recusa e negligência da sistematização burguesa, todavia esse processo está em mutação diante da ressignificação das perspectivas da mulher atual, que outrora foi destituída de historicidade e associada à ingenuidade e pureza quando imaginada pelos ideais românticos.

Nesse sentido, a atuação das mulheres no cenário intelectual, político e social fragilizam barreiras impostas pelo modelo essencialista em que o indivíduo é interpretado como produto do meio. A escrita feminina diluiu conceitos estanques na esteira literária e desencadeou novos segmentos que envolvem os aspectos identitários entre outras temáticas que alargam a teorização das subjetividades e idiosincrasias das expressões historicamente apagadas.

No ensejo das questões tematizadas em *Metade Cara, Metade Máscara* (2004), a mulher indígena se opõe aos paradigmas da mulher ocidental – branca, pura, cristã, casada, bela - e passa a ser representada na perspectiva indígena com empoderamento alicerçada sob o poder feminino que as tradições ancestrais emanam. Assim, a mulher indígena pode ressignificar o sentimento de pertença ao grupo étnico e enunciar seu lugar de fala dentro da cosmologia indígena, indo na contramão do que os textos fundantes na literatura disseminavam sobre o sujeito feminino, em que as mulheres eram despersonalizadas para representar o pecado e/ou a perversão.

Nas tradições dos povos aborígenes, o ser feminino está intimamente ligado ao sagrado e desempenha um papel crucial na reprodutibilidade e fecundidade de saberes ancestrais. Desse modo, as nativas dentro de suas comunidades detêm um espaço de reconhecimento que reforçam a subjetividade identitária do seu povo, como se verifica no excerto que segue:

O papel da mulher na luta pela identidade é natural, espontâneo e indispensável. A mulher tem a função política de gerar o filho e educá-lo conforme as tradições, assim como na sociedade envolvente. [...] Com relação à cultura indígena, a mulher é uma fonte de energia, é intuição. É a mulher selvagem não no sentido primitivo da palavra, mas selvagem como desprovida de vícios de uma sociedade. (POTIGUARA, 2004, p. 44).

Isso posto, Potiguara (2004) considera a força instintiva da mulher indígena um elemento determinante da essência feminina mediante autoafirmação da indianidade que ressoa no íntimo de suas origens étnicas ao eclodir os saberes sagrados na cultura e tradição ancestral. A dicotomia sugerida pela terminologia



“primitiva” referida pela escritora não concerne ao sentido pejorativo da palavra, mas é atribuída para expressar os princípios, sabedoria e estado natural que as mulheres indígenas dispõem desde a gênese dos povos originários.

Essa concepção de mulher primitiva ou selvagem coaduna com o pensamento proposto por Estés (2014), na obra *Mulheres que correm com os lobos*, em que o arquétipo de mulher selvagem está ligado ao poder do instinto mais profundo da mente feminina, sendo um fator relevante para o acesso à força interior que a mulher tem dentro de si. Tal força possibilita a conexão desse ser ao autoconhecimento, processo de evolução e resgate identitário fragilizado pelo condicionamento social e cultural em que o sujeito do gênero feminino está imerso.

No seio das comunidades indígenas, Graça Graúna (2013) postula que as narrativas míticas “são para os povos originários uma forma de resistência, os poemas também o são, pois a poesia (na cosmovisão indígena) vem confirmar a luta identitária reafirmando os laços de amor a terra” (GRAÚNA, 2013, p. 107). São constantes as lutas por territórios e combates a violação dos direitos nativistas, assim os escritores apresentam nas narrativas indígenas temas vinculados ao enfrentamento dessas questões sociais como forma de resistência com a urgência de ressignificar a história do povo subalternizado, por conseguinte tentar subverter a visão estereotipada que impregna a sociedade. Nessa dimensão contextual se dá a necessária re teorização conceitual das percepções deturpadas pelo processo histórico, para assim possibilitar novas reflexões sobre a atuação do sujeito colonizado na sociedade desde o passado. Dessa maneira a autora Almeida (2017) pontua:

Ao revelarem as atuações dos índios na História do Brasil, restituindo-lhes a condição de sujeitos, as novas interpretações são essenciais para desconstruir ideias preconceituosas e racistas ainda muito presentes em nossas sociedades, sobretudo em regiões próximas às áreas indígenas. Para os índios, em especial, as novas narrativas têm o efeito de fortalecer sua autoestima, na medida em que se veem representados como agentes de suas próprias histórias. Histórias de imensas perdas, derrotas, mortes, explorações e deslocamentos forçados, porém histórias também suas, nas quais não deixaram de atuar, nem tampouco se anularam, enquanto grupos distintos (ALMEIDA, 2017, p. 34).

Conforme o exposto, as leituras de narrativas com temáticas indígenas impulsionam para as necessárias correções das distorções da legítima história da nação brasileira, partindo das lacunas deixadas pelos seguimentos excludentes da sociedade majoritária. A literatura indígena brasileira delinea um novo olhar sobre o

sujeito nativo e contribui para que o leitor desconstrua ideias mecanizadas e internalizadas a respeito da imagem dos povos ressurgidos. Uma vez que, os escritores adeptos dessa estética nos alertam para as armadilhas dos discursos estereotipados que engessam o pensamento do homem não indígena.

Em consonância com pensamento anterior, sobre o papel da literatura indígena na contemporaneidade, encontra-se a latente conceptualização da autora pertencente aos povos Macuxi, Julie Dorrico. Havendo assim, uma confluência de sentidos entre ambos pensadores mencionados. Na pulsação da escrita atual de cunho indígena produzida por intelectuais originários desse país, a escritora Dorrico (2019) reverbera no trecho que segue:

A literatura indígena brasileira contemporânea está marcada pela atuação direta dos escritores/autores, pela voz e pela letra, na publicização do pensamento indígena em livros/CDs/mídias sociais. Diante da pluralidade de pertenças étnicas, de estilísticas que perpassam a oralidade e a escrita alfabética, os sujeitos indígenas enunciam sua voz e/ou sua letra em um movimento de autoexpressão e autovalorização de suas ancestralidades e costumes, bem como na dinâmica de resistência física, lutando pela demarcação de suas terras, e de resistência simbólica, reivindicando uma revisão dos registros oficiais que os escanteiam, (DORRICO, 2019, p. 229).

De acordo com a descrição da autora Julie Dorrico (2019), a literatura é um lugar de enunciação de diferentes vozes indígenas, cuja as manifestações estéticas são expressadas inicialmente pela alteridade dos povos originários que protagonizam suas histórias. São muitos os rótulos que justificam as hostilidades enraizadas e perpetuadas em relação as concepções da imagem dos autóctones, nomeados de “índios” pelos colonos como forma de preconceito, uma vez que, o termo acarreta uma conotação depreciativa e segregacionista.

Retomando aqui o estudo proposto por Graúna (2009), na poética indígena, relacionada aos autores ameríndios que transitam em espaços tribais e culturas cosmopolitas, a escritora pondera que esse processo gerencia uma identidade constituída em meio à hibridização do espaço urbano em que os autores assim como Graça Graúna se localizam.

O perfil dos escritores indígenas que experienciaram os dissabores do movimento migratório em discussão soma-se ao contexto do sujeito diaspórico, sendo estes localizados no pertencimento a dois mundos opostos, situados entre as vivências dos territórios tradicionais indígenas e o fluído movimento acelerado da realidade cosmopolita, configurando o *entrelugar* pensado por Homi Bhabha (2013),

para compressão desses descompassos culturais que comportam as sociedades híbridas, e que expressam o lugar fronteiro ocupado pelo sujeito colonizado, mas não demarcado. Com efeito, esse aspecto propicia identidades complexas e movediças que se formam num sistema de significação com os quais somos interpelados.

### **Considerações finais**

A partir da reflexão aqui apresentada faz-se mister apontarmos as tendências de temáticas contemporâneas na Literatura Indígena Brasileira. É possível perceber em obra tais como *Metade Cara, Metade Máscara* uma multiplicidade de vozes que trazem à tona as figurações e a subjetividade da mulher indígena na atualidade, que por um extenso período foi silenciada e subjugada.

A escrita de intelectual intelectuais indígenas possibilita uma reconstrução da história do seu povo e a reafirmação identitária de sua etnia, preenchendo possíveis lacunas deixadas pela historiografia literária do Brasil. A ficção poética de Potiguara, por exemplo, remonta ao processo diaspórico compulsório que as famílias indígenas enfrentam desde o período colonial, sendo um fator contribuinte das fragmentações da identidade do sujeito originário.

Nesta perspectiva, é importante ressaltar que a literatura indígena contemporânea apresenta potencialidades para alargar horizontes de diferentes visões de mundo. De modo particular, o escopo dessa estética se apoia em autores autóctones que expressam uma cosmovisão reveladora, calcada no conhecimento ancestral e na espiritualidade dos seus povos.

Efetivamente, os intelectuais indígenas fazem da escrita um veículo condutor de suas reivindicações em prol dos direitos que foram negados durante séculos, e assim disseminam suas subjetividades, tradições e culturas. Tais manifestações literárias ecoam vozes dos povos oprimidos e invisibilizados, que, situados à margem da sociedade, lutam por um espaço de reconhecimento e inserção na sociedade.

Nessa vertente, a literatura de resistência é revestida da importância de humanizar o mundo, ou seja, despertar nos indivíduos a sensibilidade para estabelecer e garantir a harmonia e a paz entre a humanidade. Nessa perspectiva, as narrativas poéticas tornam-se uma conexão favorável que aproximam os grupos vitimados e oprimidos em contextos de dominação mesmo estando em espaços e

períodos diferentes. Nesse viés, as produções com esse enfoque visam restaurar uma identidade violada, assim como valores essenciais para o desenvolvimento e manutenção da existência do ser humano.

## Referências

ALMEIDA, M. Inês de. *Ensaio sobre literatura indígena contemporânea no Brasil*. 234 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) - PUC, São Paulo, 1999.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves – Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.

BOSI, Alfredo. *Literatura e resistência* – São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

DORRICO, Julie. “A mídia e a literatura como ferramentas de autoafirmação e de re-existência dos povos indígenas na contemporaneidade”, pp. 65-92. In: CEI, Vitor; DANNER, Leno Francisco; OLIVEIRA, Marcus Vinícius Xavier de; BORGES, Davi G. (Orgs). *O que resta das jornadas de junho*. Porto Alegre: Editora Fi, 2017.

ESTÉS, Clarissa P. *Mulheres que correm com os lobos*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

GRAÚNA, Graça. *Contrapontos da literatura indígena contemporânea do Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

MUNDURUKU, Daniel. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro*. (1970).

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TAUKANE, Darlene. *A história da educação escolar entre os Kurá-Bakairi*. Cuiabá: Darlene Taukane, 1999.

POTIGUARA, Eliane. *Metade cara, metade máscara*. São Paulo: Global, 2004.

SCHNEIDER, Liane. *Escritoras Indígenas e a Literatura Contemporânea dos Eua*. João Pessoa: Ideia, 2008.

QUIJANO, Anibal. *Estado-nación y movimientos indígenas en la región Andina*. Análisis Estado-Nación y “Movimientos Indígenas” en la Región Andina. año vii nº 19, 2006.

QUIJANO, Anibal. *Colonialidad y Modernidad/Racionalidad*. Perú Indígena. 13(29), 1992.



TAUKANE, Darlene. [Prefácio]. A história da educação escolar entre os Kurâ-Bakairi. Cuiabá: Edição da Autora, 1999.

WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: SILVA, Tomas Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (orgs.), *Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais* (pp. 7-72). (Trad. Tomaz Tadeu da Silva). Petrópolis: Vozes, 2000.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. *Produção literária feminina: um caso de literatura marginal*. In: *Antares*. v. 6, n. 12, jul./dez. 2014.